



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

23 06 2010
Teresina (PI)

MENSAGEM Nº 29 /GG

Teresina (PI), 22 de JUNHO de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossas Excelências para que seja submetido a superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que ***“Altera o art. 8º, caput, da Lei nº 5.966, de 13 de janeiro de 2010, que Dispõe sobre a regularização fundiária do Cerrado Piauiense”***

A Lei Estadual nº 5.966, de 13 de janeiro de 2010 que estabelece critérios e formas para a regularização fundiária da região do Cerrado Piauiense foi aprovada com a finalidade de compatibilizar o uso das aludidas terras públicas patrimoniais e devolutas do Estado do Piauí com o Plano Nacional de Reforma Agrária e com a Política Agrícola Nacional.

Com a edição da referida Lei nº 5.966, de 13.01.2010, foram iniciados os trabalhos de regularização das terras do Cerrado Piauiense, o que demanda tempo e cuidados na formulação das ações de arrecadação e na apreciação dos pedidos formulados perante o Instituto de Terras do Piauí - INTERPI.

Sabe-se que a regularização das terras do Cerrado Piauiense solucionará, de uma vez por todas, os problemas e conflitos agrários lá existentes, e, de consequência, proporcionará mais desenvolvimento para a região e, pois, para o Estado como um todo, além de pacificar as relações econômico-sociais na região.

Nesse desiderato, impede seja elastecido o prazo fixado no art. 8º, **caput**, da aludida lei, que fixou em 180 dias após a publicação da mesma (13.01.2010) o prazo para a formulação das pretensões de regularização das terras pelos proprietários e/ou possuidores de terras naquela região.

O mencionado prazo de 180 dias não é suficiente para a solução daquela problemática, seja pela grande demanda de pedidos feitos ao INTERPI, seja pela dificuldade na operacionalização das mesmas por parte dos interessados, o que tornará ineficaz a Lei nº 5.966 e, assim, todo o esforço dessa própria Casa Legislativa no sentido de resolver o problema fundiário dos Cerrados Piauienses.

M

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

TERESINA-PI, 23.06.2010
PARA LEREMOS EM PLANO
Raimundo Mayron Reis de Freitas
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

E com o propósito de dar efetividade à Lei nº 5.966, de 13.01.2010 é que se propõe a modificação no prazo fixado no art. 8º, **caput**, da mesma, de modo a permitir mais tempo para a formulação dos pedidos aos produtores interessados na regularização das terras, na forma da proposta que segue.

Dessa forma, tendo em mente a importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa sua apreciação confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que submeto a superior consideração desse Egrégio Poder Legislativo.


WILSON NUNES MARTINS
Governador do Estado do Piauí



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

PROJETO DE LEI Nº 15 , DE 22 DE JUNHO

DE 2010

EXCERTE

23 06 2010

Altera o art. 8º, caput, da Lei nº 5.966, de 13 de janeiro de 2010, que Dispõe sobre a regularização fundiária do Cerrado Piauiense

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 8º, **caput**, da Lei nº 5.966, de 13 de janeiro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8º As partes interessadas na regularização fundiária, nos termos desta Lei, deverão formular as suas pretensões em petições dirigidas ao Diretor Geral do INTERPI, no prazo máximo de 01 (um) ano, após a publicação desta Lei, instruídas com os seguintes documentos:”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 22 de JUNHO de 2010.



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 28/06/10

Chagas

Conceição de Maria Luíza Brito
Chefe do Núcleo da Comissão de

Ao Deputado Antônio

Felix
para relatar.

Em 28/06/10

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROJETO DE LEI Nº 291 de 22 de junho de 2010
PROCESSO AL 1018/10
AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FÉLIX

I – RELATÓRIO

Em cumprimento às formalidades emanadas do Regimento Interno desta Casa, foi encaminhada, a esta Relatoria, para fins de emissão de parecer, conforme o mesmo diploma legal, a proposição em epígrafe que dispõe sobre a alteração do artigo 8º, caput da Lei nº 5.966, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a regularização fundiária do cerrado piauiense.

II – PARECER

A matéria em pauta ingressa nesta Comissão de Constituição e Justiça, para verificação de seus aspectos legais, constitucionais e da boa técnica legislativa.

Trata, pois, o texto, de modificações a serem introduzidas na Lei nº 5.966, de 13 de janeiro de 2010.

A referida Lei estabelece critérios e formas para regularização fundiária do Cerrado Piauiense. Sabe-se que a regularização das terras do Cerrado Piauiense solucionará, de uma vez por todas, os problemas e conflitos agrários lá existentes, proporcionando mais desenvolvimento a região e consequentemente ao Estado do Piauí.

Mas, o prazo mencionado no art. 8º, caput, da aludida Lei, fixa em 180 dias após a publicação da mesma (13/01/2010), o prazo para formulação das pretensões de regularização das terras pelos proprietários e/ou possuidores de terras naquela região está sendo insuficiente, devido a grande demanda de pedidos feitos ao INTERPI, seja pela dificuldade na operacionalização das mesmas por parte dos interessados, o que torna a Lei nº 5.966 ineficaz. De acordo com a Mensagem nº 291 de 22 de junho de 2010, o texto passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8º – As partes interessadas na regularização fundiária, nos termos desta Lei, deverão formular as suas pretensões em petições dirigidas ao Diretor Geral do INTERPI, no prazo máximo de 01 (um) ano, após a publicação desta Lei, instruídas com os seguintes documentos.”

Nesse contexto, após exame, verifiquei o pleno cumprimento das normas legais orientadoras da boa técnica legislativa, e certifiquei-me da legalidade do texto quanto ao atendimento aos princípios constitucionais, nos termos dos artigos 250, 251 da Constituição Estadual.



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

III – VOTO DO RELATOR

A proposição em análise, ora explicitada neste Parecer que apresento aos membros desta Comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Face ao exposto, sou **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei nº 291, de 22 de junho de 2010, de autoria do Governo do Estado do Piauí..

IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

() Pelo **ACATAMENTO do Voto do Relator**;

() Pela **REJEIÇÃO do Voto do Relator**;

Sala das Comissões Técnicas
Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Teresina (PI), 29 de Junho de 2010.


DEPUTADO ANTONIO FÉLIX
RELATOR



